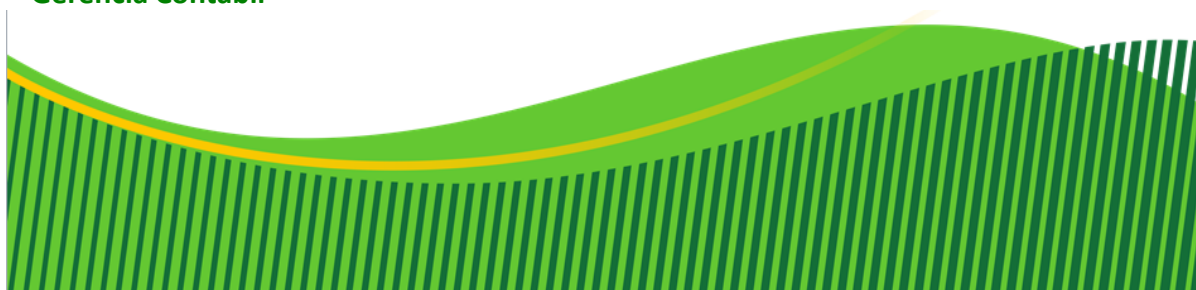


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
Campo Verde - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	810.601	576.347	CIRCULANTE	615.260	393.896
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.128	7.014	DEPÓSITOS (NOTA 11)	158.205	65.205
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	174.069	148.512	Depósitos à Vista	102.320	61.763
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3	7	Depósitos Interfinanceiros	51.547	-
Correspondentes no país	2	15	Depósitos a Prazo	4.338	3.442
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	174.064	148.490	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	388.491	222.977
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	588.801	382.794	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	2
Operações de Crédito	619.177	408.847	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	388.491	222.975
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(30.376)	(26.053)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	813	620
OUTROS CRÉDITOS	25.070	14.584	Recursos em Trânsito de Terceiros	813	620
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	597	472	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	12.390	62.663
Rendas a Receber	1.511	1.310	Empréstimos País - Outras Instituições	12.390	62.663
Diversos (NOTA 06 e 07)	23.730	13.305	OUTRAS OBRIGAÇÕES	55.361	42.431
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(768)	(503)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	182	182
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	16.533	23.443	Sociais e Estatutárias	2.994	2.066
Outros Valores e Bens	20.064	28.008	Fiscais e Previdenciárias	999	744
(Provisão para desvalorização)	(3.629)	(4.815)	Diversas (NOTA 14)	51.186	39.439
Despesas Antecipadas	98	250			
NÃO CIRCULANTE	186.532	102.899	NÃO CIRCULANTE	200.493	153.468
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	359	195	DEPÓSITOS (NOTA 11)	176.918	137.271
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	359	195	Depósitos a Prazo	176.918	137.271
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	155.048	73.117	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	15.575	197
Operações de Crédito	180.860	94.101	Repasse Interfinanceiros	15.575	197
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(25.812)	(20.984)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	8.000	16.000
OUTROS CRÉDITOS	486	675	Empréstimos País - Outras Instituições	8.000	16.000
Diversos (NOTA 06 e 07)	587	682			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(101)	(7)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.380	131.882
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	16.394	16.394	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	105.963	74.213
Outros Investimentos	16.394	16.394	De Domiciliados no País	107.314	74.488
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	11.398	10.325	(Capital a Realizar)	(1.351)	(275)
Imóveis de Uso	4.100	3.514	RESERVAS DE SOBRAS	61.264	48.526
Outras Imobilizações de Uso	11.528	10.304			
(Depreciação acumulada)	(4.230)	(3.493)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	14.153	9.143
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.847	2.193			
Outros Ativos Intangíveis	5.378	4.158			
(Amortização acumulada)	(2.531)	(1.965)			
TOTAL DO ATIVO	997.133	679.246	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	997.133	679.246

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.518	-	52.518	104.496	-	104.496	87.463	5	87.468
Operações de Crédito	52.510	-	52.510	104.482	-	104.482	87.456	5	87.461
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	8	-	8	14	-	14	7	-	7
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(29.108)	(99)	(29.207)	(59.151)	(163)	(59.314)	(49.940)	(1.301)	(51.241)
Operações de Captação no Mercado	(7.177)	(31)	(7.208)	(12.108)	(44)	(12.152)	(12.520)	(21)	(12.541)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.031)	(68)	(13.099)	(32.560)	(119)	(32.679)	(26.060)	(1.280)	(27.340)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.900)	-	(8.900)	(14.483)	-	(14.483)	(11.360)	-	(11.360)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.410	(99)	23.311	45.345	(163)	45.182	37.523	(1.296)	36.227
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.928)	3.479	(5.449)	(17.398)	5.947	(11.451)	(13.101)	3.831	(9.270)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.430	5.259	9.689	8.475	9.286	17.761	7.085	6.267	13.352
Rendas de Tarifas Bancárias	2.922	-	2.922	5.575	-	5.575	4.865	-	4.865
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.236)	(712)	(9.948)	(16.944)	(1.141)	(18.085)	(14.129)	(802)	(14.931)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.047)	(990)	(9.037)	(15.398)	(1.683)	(17.081)	(14.057)	(1.143)	(15.200)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(264)	(275)	(68)	(469)	(537)	(77)	(317)	(394)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	9.325	609	9.934	17.365	639	18.004	20.883	251	21.134
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(8.311)	(423)	(8.734)	(16.403)	(685)	(17.088)	(17.671)	(425)	(18.096)
RESULTADO OPERACIONAL	14.482	3.380	17.862	27.947	5.784	33.731	24.422	2.535	26.957
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(500)	(23)	(523)	(700)	258	(442)	(4.628)	64	(4.564)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.982	3.357	17.339	27.247	6.042	33.289	19.794	2.599	22.393
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	608	608	-	397	397	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	364	364	-	260	260	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	244	244	-	137	137	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.982	3.965	17.947	27.247	6.439	33.686	19.794	2.599	22.393
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.439	(6.439)	-	2.599	(2.599)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.982	3.965	17.947	33.686	-	33.686	22.393	-	22.393
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.533)	-	(19.533)	(13.250)	-	(13.250)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.380)	-	(5.380)	(4.108)	-	(4.108)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.415)	-	(1.415)	(914)	-	(914)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.738)	-	(12.738)	(8.228)	-	(8.228)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	14.153	-	14.153	9.143	-	9.143

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado

CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	67.542	40.298	1.256	109.096
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.241	-	(1.241)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.903	-	-	6.903
Baixas de capital	(5.291)	-	-	(5.291)
Resultado do período	-	-	22.393	22.393
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(914)	(914)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.228	(8.228)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.818	-	(4.108)	(290)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	74.213	48.526	9.143	131.882
Mutações do Período	6.671	8.228	7.887	22.786
Saldos no início do período em 01/01/2018	74.213	48.526	9.143	131.882
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	9.064	-	(9.064)	-
Outras destinações	-	-	(79)	(79)
Capital de associados				
Aumento de capital	21.837	-	-	21.837
Baixas de capital	(4.109)	-	-	(4.109)
Resultado do período	-	-	33.686	33.686
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.415)	(1.415)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.738	(12.738)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.958	-	(5.380)	(422)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	105.963	61.264	14.153	181.380
Mutações do Período	31.750	12.738	5.010	49.498
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	84.611	48.526	15.739	148.876
Capital de associados				
Aumento de capital	18.088	-	-	18.088
Baixas de capital	(1.694)	-	-	(1.694)
Resultado do período	-	-	17.947	17.947
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.415)	(1.415)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.738	(12.738)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.958	-	(5.380)	(422)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	105.963	61.264	14.153	181.380
Mutações do Período	21.352	12.738	(1.586)	32.504

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	23.862	42.890	19.969
Resultado do semestre/exercício	17.947	33.686	22.393
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.915	9.204	(2.424)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	6.199	9.151	(7.677)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(155)	(1.186)	4.429
Provisão para desvalorização de outros créditos	231	359	245
Depreciação do imobilizado de uso	627	1.285	880
Amortização do intangível	301	566	511
Baixas do ativo permanente	203	356	56
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	74	67	(205)
Destinações ao FATES	(1.415)	(1.415)	(914)
Dividendos SicrediPar	(150)	21	251
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(24.155)	(31.496)	(3.986)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(158)	(164)	(138)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.487	4	(5)
Redução em relações com correspondentes	99	14	32
(Aumento) em operações de crédito	(207.656)	(297.090)	(95.465)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	139.150	180.891	67.565
(Aumento) em outros créditos	(9.102)	(10.676)	(4.541)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.124	8.096	(9.890)
Aumento em depósitos	63.842	132.646	32.589
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(250)	193	65
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(40.339)	(58.273)	(2.892)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(270)	(914)	(925)
Aumento em outras obrigações	26.918	13.777	9.619
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(293)	11.394	15.983
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.975)	(2.714)	(4.268)
Aplicações no Intangível	(423)	(1.219)	(684)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.398)	(3.933)	(4.952)
Integralização de capital	18.088	21.837	6.903
Baixa de capital	(1.694)	(4.109)	(5.291)
Juros ao capital próprio	(422)	(422)	(290)
Distribuição de Sobras	-	(79)	(15)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	15.972	17.227	1.307
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	13.281	24.688	12.338
Caixa e equivalente de caixa no início do período	166.911	155.504	143.166
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	180.192	180.192	155.504

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 05/09/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.128	7.014
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	174.064	148.490
Total	180.192	155.504

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ				
	2018		2017	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		359		195
CDI Banco Cooperativo Siciredi S.A.		359		195
Total não circulante		359		195

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	224.314	109.349	333.663	241.876
Financiamentos	40.105	39.171	79.276	25.174
Financiamentos rurais e agroindustriais	354.758	32.340	387.098	235.898
Carteira total	619.177	180.860	800.037	502.948

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	597	-	597	472
Devedores por compra de valores e bens	199	585	784	1.129
Títulos e créditos a receber (i)	16.276	2	16.278	10.087
Total	17.072	587	17.659	11.688

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	2	64	-	-
Nível A	0,50	214.181	109.845	1.071	549
Nível B	1,00	250.849	170.821	2.507	1.708
Nível C	3,00	233.483	121.882	7.005	3.967
Nível D	10,00	49.616	44.014	4.962	4.401
Nível E	30,00	17.855	26.222	5.357	7.867
Nível F	50,00	27.008	24.456	13.504	12.228
Nível G	70,00	6.836	1.685	4.785	1.180
Nível H	100,00	17.866	15.647	17.866	15.647
Total		817.696	514.636	57.057	47.547

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				2017	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.856	40.207	114.680	91.156	252.899	185.981
Rural	1.872	37.171	315.715	32.340	387.098	235.898
Industrial	269	1.437	1.409	2.667	5.782	5.694
Comércio	1.799	29.269	51.504	31.011	113.583	55.641
Outros Serviços	391	13.310	20.360	24.273	58.334	31.422
Total	11.187	121.394	503.668	181.447	817.696	514.636

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	81.428	9,96	66.352	12,89
50 devedores seguintes	232.956	28,49	166.604	32,37
100 devedores seguintes	216.675	26,50	134.841	26,20
Demais	286.637	35,05	146.839	28,53
Total	817.696	100	514.636	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	47.547	54.979
Constituição de provisão	14.483	11.360
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.973)	(18.792)
Saldo final	57.057	47.547

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.298 (2017 - R\$ 9.584), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 47.638 (2017 - R\$ 54.222).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	60	55
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	448	1.051
Devedores por compra de valores e bens	199	447
Devedores por depósitos em garantia	114	105
Impostos e contribuições a compensar	757	295
Títulos e créditos a receber	16.276	10.087
Valores honrados	-	235
Devedores por convênios	461	550
Operações com cartões	386	27
Pendências a regularizar	418	306
Outros	4.611	147
Total Circulante	23.730	13.305

Devedores por compra de valores e bens	585	682
Títulos e créditos a receber	2	-
Total não circulante	587	682

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	20.064	28.008
Imóveis	18.927	26.064
Veículos e afins	-	155
Bens em regime especial	1.137	1.445
Outros bens não de uso próprio	-	344
Despesas antecipadas	98	250
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(3.629)	(4.815)
Total Circulante	16.533	23.443

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 3.629 (2017 - R\$ 4.815) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	7.085	7.085
Sicredi Participações S.A.	9.301	9.301
Outras Participações e Investimentos	8	8
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros Investimentos	7	7
Total	16.394	16.394

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	3.019.733 ON	3.019.733 ON	1	1	7.084.599	7.084.599
	6.281.636 PN	6.281.636 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,06%	1,06%	0,62%	0,61%	6,03%	6,03%
Capital social	880.597	874.847	164	164	117.452	117.452
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	123.287	122.876
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	1.057	654
Valor do investimento	9.301	9.301	1	1	7.085	7.085

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	15.628	(4.230)	11.398	10.325
Imobilizações em curso	-	2.323	-	2.323	822
Terrenos	-	1.450	-	1.450	1.450
Edificações	4%	2.650	(596)	2.054	1.565
Instalações	10%	4.851	(1.681)	3.170	4.454
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.355	(495)	860	739
Sistema de comunicação	10%	263	(85)	178	142
Sistema de processamento de dados	20%	2.221	(1.193)	1.028	698
Sistema de segurança	10%	251	(53)	198	42
Sistema de transporte	20%	264	(127)	137	413

Intangível (i)	5.378	(2.531)	2.847	2.193
Investimentos Confederação	5.373	(2.530)	2.843	2.188
Outros ativos intangíveis	5	(1)	4	5

Total	21.006	(6.761)	14.245	12.518
--------------	---------------	----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	102.320	-	-	102.320	61.763
Depósitos Interfinanceiros	-	51.547	-	51.547	-
Depósitos a prazo	1.725	2.613	176.918	181.256	140.713
Total	104.045	54.160	176.918	335.123	202.476

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	316.167	176.704
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	316.167	176.704
Outros Recursos	72.324	46.271
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	72.324	46.271
Total circulante	388.491	222.975

Recursos do Crédito Rural	15.575	197
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	15.575	197
Total não circulante	15.575	197

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,9% a.a. com vencimentos até 21/12/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	12.390	62.663
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	4.208	3.703
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	19.835
Outras instituições	8.182	39.125
Total circulante	12.390	62.663

Empréstimos no País - outras instituições	8.000	16.000
Outras instituições	8.000	16.000
Total não circulante	8.000	16.000

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	16.385	15.251
Obrigações por convênios oficiais	3	2
Provisão para pagamentos a efetuar	4.531	3.603
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	90	23
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	7.673	6.470
Pendências a regularizar	441	3
Operações com cartões	16.771	10.272
Demais fornecedores	1.236	804
Credores diversos	4.056	3.011
Total circulante	51.186	39.439

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Cível	23	73	(6)	90
Total	23	73	(6)	90

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Cível	Provável	90	23
Total		90	23

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 3.998; R\$ 31 (2017 - R\$ 398 e R\$ 71), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	105.963	74.213
Total de associados	23.903	19.389

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 31.750 (2017 – R\$ 6.671), sendo R\$ 14.022 (2017 – R\$ 5.059) via integralização de resultados e R\$ 21.837 (2017 – R\$ 6.903), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.109 (2017 – R\$ 5.291).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,29% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.380, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	33.289	22.393
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(13.981)	(9.405)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	3	-
Provisão resgate de milhas cartão	60	32
Provisão PPR	(2)	39
Receita com atos cooperativos	11.444	8.313
Juros sobre capital próprio	2.260	1.725
Outros	613	(704)
Subtotal	14.378	9.405
IRPJ e CSLL registrados no resultado	397	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	359	195
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	174.064	148.490
Outros Créditos - Rendas a receber	1.263	846
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	294	1.056
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	179
Investimentos (Nota 09)	16.387	16.387
Intangível (Nota 10)	2.843	2.188
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	404.066	223.172
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	20.390	78.663
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	16.818	10.037
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	14	7
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.130	5.846
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	12.638	16.565
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	32.679	27.340
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.411	1.262
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	6.620	6.154

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	1.351	1,32%	113
Depósitos a prazo	4.026	2,22%	3.510
Operações de crédito	5.735	0,72%	2.689

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.492	2.395

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	468	388
Despesa de aluguéis	1.143	863
Despesa de comunicação	723	653
Despesa de manutenção e conservação	873	812
Despesa de material	429	350
Despesa processamento dados	323	235
Despesa de promoções e relações públicas	2.774	1.747
Despesa de propaganda e publicidade	282	136
Despesa de seguro	103	65
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.235	1.000
Despesa de serviços de terceiros	629	383
Despesa de serviços de vigilância e segurança	560	520
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.474	1.743
Despesa de serviços de transportes	824	639
Despesa de viagem	217	349
Despesa de depreciação	1.285	880
Outras despesas administrativas	3.739	4.437
Total	17.081	15.200

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	840	1.088
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.238	16.044
Reversão de provisões operacionais	3.490	2.802
Outras rendas operacionais	1.436	1.200
Total	18.004	21.134

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.398	7.290
Contribuições Cooperativistas	132	121
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	917	776
Contribuição Confederação Sicredi	3.948	3.429
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	897	778
Encargos da administração financeira	81	91
Repasse administradora de Cartões	193	341
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	565	511
Outras provisões operacionais	4.491	2.803
Outras despesas operacionais	2.466	1.956
Total	17.088	18.096

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	191.982	173.411
Coobrigações em cessões de crédito	6	7
Total	191.988	173.418

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

1 - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	178.534	130.362
Nível I (NI)	178.534	130.362
Capital principal - CP	178.534	130.362
Capital social	105.963	74.213
Reservas de capital	61.264	48.526
Lucros acumulados	14.153	9.143
Ajustes Prudenciais	(2.846)	(1.520)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.083.592	778.221
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.944	576
Margem de Capital (i)	62.813	48.071
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,48%	16,75%
Situação de Imobilização (Imob)	11.406	11.006
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,39%	8,44%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Vanderlei Fiametti
Diretor Executivo
CPF: 710.769.569-04

Sérgio Antônio Alves
Diretor de Operações
CPF: 051.123.018-48

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20